

A corrupção e o “livrão”

Os elevados níveis de corrupção e as mais variadas formas de malversação da coisa pública no Brasil são temas recorrentes em sala de aula. Perdi as contas, em mais de dez anos de docência, quantas vezes foi preciso abordar as qualificações e as consequências jurídicas de atos de dilapidação do patrimônio público e procedimentos assemelhados.

A impunidade ou in consequência dos ilícitos noticiados é um tema frequente nos debates nessa seara. Mesmo entre estudantes de direito, cientes da necessidade da instauração de processos mais ou menos demorados para punição de transgressores, notadamente por conta dos princípios da ampla defesa e do contraditório, prospera uma visão imediatista ou uma expectativa de sanções instantâneas ou rápidas.

Os não-imediatistas alimentam, de todo modo, uma esperança de que o sistema funcione e os efetivamente responsáveis pelas transgressões sejam devidamente punidos. Ocorre que inúmeras razões (legislação permissiva, agentes públicos lentos e “seletivos”, corrupção também nas instâncias de controle, ausência de

um controle social mais efetivo, etc) derrubam para níveis baixíssimos as sanções aplicadas.

Diante desse triste quadro, afirmo e reafirmo, com veemência, que os malfeitos nesse mundo, em todos os campos, não-somente dos desvios com a coisa pública, não ficarão impunes *ad aeternum*.

Insisto na existência de um “livrão” onde ficam registradas as vidas de todas as pessoas que transitam pela face da Terra. No tal “livrão” são consignados, em colunas apropriadas, todos os atos relevantes, comissivos e omissivos, positivos e negativos, construtivos e destrutivos, na trajetória de cada vivente.

Assim, quando o vivente deixa de ser vivente é inexoravelmente submetido a um “juízo” com base no “livrão”. Naquele momento apura-se o saldo entre os atos positivos e negativos. Consta que as punições terrenas podem ser compensadas. Sintomaticamente, esse juízo não envolve acusação, nem defesa. Não estarão presentes promotores, advogados ou juízes. Também não existe espaço para irresignações recursais.

Suspeito, só suspeito, que algumas figurinhas carimbadas, useiros e vezeiros em todos os tipos de presepadas possíveis e imagináveis na viagem terrena, não escaparão de uma

pena exemplar: *queimar no mármore do inferno com um cobertor de fogo para todo o sempre.*

Portanto, ninguém precisa perder o sono com as supostas injustiças e impunidades mundanas, notadamente nesse nosso amado e idolatrado Brasil. Existe um julgamento transcendental, e dele ninguém escapa, plasmado na perfeição, insuscetível de *jeitinhos*, influências indevidas e outros quejandos. Quem viver, ou melhor, quem morrer, verá. Tenho dito ...